



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- E M E R J -  
PROVA DE SELEÇÃO - CP I - 2º SEMESTRE/2015**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA  
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**14 DE JUNHO DE 2015**

**I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Em que consiste a declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto, referida no art. 28, parágrafo único, da Lei Federal nº 9868/99?

**Responda em até 20 linhas.**

**2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

É obrigatória no Brasil a audiência de apresentação decorrente do disposto no art. 7º, nº 5, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica): “toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um Juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais...” ? **Responda em até 20 linhas.**

**II - DIREITO CIVIL**

**1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Maria Agostina move ação de usucapião especial de imóvel urbano no qual reside há mais de vinte anos. Todos os requisitos da usucapião urbana restaram comprovados.

Contudo, a municipalidade oficiou no feito aduzindo a impossibilidade de legalização do imóvel, na medida em que as posturas municipais exigem testada mínima de 9 (nove) metros e área mínima de 225m<sup>2</sup>, enquanto que o imóvel usucapiendo é constituído de pequena casa de 33,48m<sup>2</sup>, com quarto, sala, cozinha e banheiro.

O juiz, com base na argumentação da edilidade, julgou extinto o feito, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, IV, do Código de Processo Civil.

A autora interpôs recurso de apelação tempestivo, requerendo a reforma da sentença, com a conseqüente procedência do pleito de usucapião especial urbano, reiterando os fundamentos da inicial e aduzindo que os requisitos restaram todos comprovados.

***Pergunta-se:***

Como você julgaria o recurso de apelação? (Não há necessidade de colocar a resposta em forma de acórdão ou voto. Basta apontar os fundamentos da decisão).

**Responda justificadamente. (máximo de 20 linhas)**

## **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Augusto, na qualidade de locador, exige que Fernando, locatário, dê garantia ao contrato de locação. Primeiro, exige a prestação de caução em imóvel. Depois, exige a prestação de fiança. O contrato é realizado, na medida em que Fernando aquiesce à exigência e outorga as duas garantias ao locador.

**Pergunta-se:** A cláusula que estipulou a dupla garantia é válida? E o contrato? Responda, justificadamente, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. **(máximo de 20 linhas)**

## **III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

ABC Ltda., franqueada da rede de lanchonetes XYZ, ajuizou contra esta ação de reparação de danos fundada em responsabilidade contratual. A ré, no prazo da resposta, alegou a incompetência territorial do foro onde instaurado o processo, invocando cláusula de eleição de foro constante no contrato de franquia.

A autora, ouvida, afirmou que a cláusula de eleição de foro era abusiva por estar inserida em contrato de adesão e que, por isso, a alegação de incompetência relativa deveria ser rejeitada.

Como deve o Juiz decidir? Fundamente sua resposta. (Não há necessidade de responder em forma de sentença). **(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Em julgamento de recurso especial repetitivo, o STJ firmou entendimento acerca de uma determinada questão. Posteriormente, em processo que veio a ser instaurado perante juízo de primeira instância, suscitou-se novamente aquela mesma questão.

**Pergunta-se:** Pode o órgão julgador decidir de forma diversa daquela que ficou estabelecida pelo Tribunal Superior? **(máximo de 20 linhas)**

## **IV - DIREITO EMPRESARIAL**

### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Loanda deseja constituir uma EIRELI atrelada ao exercício de sua atividade profissional, de natureza não empresarial, por ser tratar de profissão intelectual de natureza científica.

**Pergunta-se:**

- a) A EIRELI pode ser constituída para o exercício de atividade não empresarial? Justifique.
- b) Qual o registro competente para o arquivamento do ato de constituição da EIRELI? O que acontecerá se Loanda fizer o arquivamento em registro diverso do competente?
- c) Explique o sentido da expressão “elemento de empresa” contida na parte final do art. 966, parágrafo único, do Código Civil.

**Responder cada item separadamente. (máximo de 20 linhas- total)**

## **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Rui Palmeira, sócio da sociedade Aperibé Comércio de Calçados Ltda., é locatário de imóvel comercial onde a sociedade empresária instalou seu único estabelecimento. O primeiro contrato vigorou por três anos (2010-2012) e o segundo, por igual período (2013-2015). Na vigência do primeiro contrato e até o primeiro ano de vigência do segundo, o objeto social foi comércio de roupas, alterado a partir de então para comércio de calçados. O quadro societário permaneceu o mesmo e a sociedade sempre ocupou o imóvel, integrando esse seu estabelecimento ininterruptamente.

**Pergunta-se:** É possível a sociedade empresária ajuizar ação renovatória em face do locador, sabendo-se que ela não é locatária e sim Rui Palmeira, mas o imóvel faz parte do seu estabelecimento? Justifique. **(máximo de 20 linhas)**

## **V - DIREITO PENAL**

### **1ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

- a) O que é aberratio ictus? Em que difere do aberratio delicti?
- b) O que é erro de pessoa?
- c) Quais são as consequências penais das descriminantes putativas?

**(máximo de 20 linhas-total)**

### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

- a) Quais são as fases do iter criminis? Esclareça em que consistem.
- b) Quais as categorias de crimes que não admitem tentativa? Dê exemplos em cada uma das categorias (apenas o nomem juris do crime).

**(máximo de 20 linhas-total)**

## **VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

No que consiste o “direito à autodefesa”?

**(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Explique o princípio da proporcionalidade, relacionando-o com a produção probatória.

**(máximo de 20 linhas)**

## VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

### QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)

Clementina, viúva, pensionista, setenta e sete anos de idade, compareceu a uma agência do Banco “X” S/A, com a intenção de celebrar um contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento.

Por influência do gerente da entidade bancária, a pensionista acabou celebrando um contrato de cartão de crédito com desconto do valor mínimo em seu contracheque.

Ocorre que, em alguns meses, o valor remanescente constituiu uma dívida muito alta em relação ao que se pretendia, ante os altos juros praticados no cartão de crédito.

**Pergunta-se:** Clementina pode pleitear uma revisão do contrato em questão, especialmente para fins de adequar os juros ao empréstimo consignado em folha, o que seria, evidentemente, menos oneroso para ela?

Explique fundamentando. **(máximo de 20 linhas)**

## VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO : ( 40 PONTOS )

**Tema:**

“(…)

Daqui a uma hora, outro adolescente brasileiro será vítima de homicídio. São 24 assassinatos por dia. Hoje, os homicídios já representam 36,5% das causas de morte de adolescentes brasileiros, enquanto para a população total correspondem a 4,8%.

A violência contra a população mais jovem coloca o Brasil em um paradoxo. O país é um caso de sucesso mundial no enfrentamento à mortalidade infantil, mas figura em segundo lugar em número absoluto de homicídios de adolescentes, atrás apenas da Nigéria.

O país é referência internacional no combate à pobreza e na melhoria de vida da sua população, o que garante que a expectativa de vida média do brasileiro seja de quase 75 anos. No entanto, é o sexto no mundo em taxa de homicídio de crianças e adolescentes, atrás apenas de países como El Salvador. Isso significa que, para uma parte da população brasileira, a expectativa de vida é de apenas 18 anos de idade.

(…)”

**(Gary Stahl. [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br). 3/3/15)**

Com base nas informações do trecho acima, discuta, em um texto argumentativo, entre **25 e 30 linhas obrigatoriamente**, o seguinte questionamento:

***No ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos, de que maneira o país pode agir para garantir o direito à vida de 42 mil adolescentes brasileiros até 2019?***

**BOA SORTE !!!**